



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

352ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Ata da ordem do dia 18 de setembro de 2026

Brasília/DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 352ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Data: 18/09/2026

1 No décimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis realizou-se a Trigesima
2 Quinquagésima Segunda Reunião do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conduzida
3 pela Vice-Presidente Lea Lúcia Cecílio Braga, Representante da Secretaria Nacional de Assistência
4 Social – SNAS, contando com a participação dos (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares e
5 Suplentes: Ana Carine do Nascimento Feitosa, Titular e Representante da Secretaria Nacional de
6 Assistência Social – SNAS; Carlos Nambu, Titular e Representante da Inspetoria Dom Bosco; Cleres
7 Alvarenga Cavalcante, Titular e Representante do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da
8 Assistência Social – FONSEAS; Célia Gonçalves Souza, Representante do Fórum Nacional de
9 Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Irene Rodrigues da Silva, Titular e
10 Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Jéssica Leite Silva, Titular e
11 Representante da Assessoria de Participação Social e Diversidade; Keure Chamse Afonso de Oliveira,
12 Titular e Representante da Rede Cidadã; Marco Oliveira de Jesus, Titular e Representante da
13 Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS; Márcia Pádua Viana, Titular e Representante da
14 Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS; Simone Moraes Lisboa, Titular e Representante
15 da Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS; Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira
16 Cabral, Titular e Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de
17 Adolescentes – FEBRAEDA; Maria da Conceição da Silva Quaresma, Suplente e Representante do
18 Movimento de Autodefensoria da Rede APAE; Maria Valdênia Santos de Souza, Suplente e
19 Representante da Secretaria Nacional de Benefícios Assistenciais – SNBA; Keli Rodrigues de
20 Andrade, Suplente e Representante da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro
21 Único – SAGICAD; Paulo Henrique Souza, Suplente e Representante do Colegiado Nacional de
22 Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Jéssica Caroline Avelino de Souza,
23 Suplente e Representante da Associação Antônio Vieira – ASAV; Tatiane Souza Magalhães, Suplente
24 e Representante do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS;
25 Cosme Costa Lima, Suplente e Representante da Rede Brasileira dos Povos Ciganos – RBPC;

Andréia Fernandes Teixeira, Suplente e Representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Marcelo Gomes Morand Bentes, Suplente e Representante da Fundação Roberto Marinho; Antônio José Albuquerque Neto Mancuzo, Suplente e Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS; Eduardo Dalbosco, Suplente e Representante da Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica – SISEC; Bruna Angélica Silva Ribeiro, Suplente e Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS; Alessandro Tiezzi, Suplente e Representante da Pia Sociedade de São Paulo; Maria Carolina Pereira Alves, Suplente e Representante da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família – SNCF.

ABERTURA: A Vice-Presidente do CNAS, Conselheira Titular Lea Lúcia Cecílio Braga iniciou a reunião saudando a todos os presentes. Após, concedeu 1 minuto de silêncio, em decorrência do falecimento do filho da Presidente do CNAS. Rendida as homenagens, passou-se a verificação do quórum, no qual verificou-se como suficiente. Depois, iniciou-se a aprovação da ata da 351ª Reunião Ordinária. Não havendo manifestações em sentido contrário, nem observações, a ata foi considerada aprovada. Com relação a pauta, esta foi ajustada em decorrência de eventos imprevistos e de um momento de solidariedade coletiva que suspendeu os debates anteriores. Como consequência, a discussão sobre o orçamento da assistência social, que contaria com a participação de um representante do Ministério do Planejamento, foi reprogramada para a plenária de outubro, englobando também a recomposição orçamentária avaliada pela comissão de financiamento. Para a sessão atual, a pauta aprovada pelo plenário compreende a apresentação dos relatórios das reuniões da Presidência Ampliada, realizadas na segunda e na quarta-feira, e a análise e deliberação imediata de 3 resoluções, sendo 2 oriundas da Comissão de Orçamento e Financiamento – COF e uma da Comissão de Política Pública – CPP. Dessa forma, iniciou-se a abordagem das resoluções editadas pela COF. A Conselheira Titular Cleres Alvarenga Cavalcante apresentou para apreciação e deliberação do plenário o relatório de execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS referente ao segundo trimestre de 2026. A apresentação contou com a participação do coordenador-geral da diretoria executiva do FNAS, Sr. Marcelo Sebastião, que detalhou a nota explicativa da execução do Programa 5131, Proteção Social pelo SUAS, vinculado à unidade orçamentária do Fundo, com valor aprovado de R\$ 135.257.563.148. A documentação completa encontra-se registrada no processo SEI nº 71033.036.2026.65 e disponibilizada no drive do CNAS. Em seguida, foi aberta a palavra para manifestações e considerações a respeito. Finalizadas

as discussões, a coordenação acolheu as ponderações feitas sobre a complexidade do tema e lembrou que está programada uma capacitação específica para o dia 9 do próximo mês. O treinamento abordará instrumentos de gestão a lógica do financiamento fundo a fundo, as emendas parlamentares, a Ação 219 e as diretrizes para a prestação de contas e o papel do controle social. Ato contínuo, foi feita a leitura integral da proposta de Resolução que dispõe sobre a aprovação do relatório da execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS segundo trimestre do exercício 2026. Finalizada a leitura, foi aberta a palavra para manifestações e considerações a respeito. Não havendo manifestações, ingressou-se em regime de votação. Inexistindo votos em sentido contrário, nem abstenções, a Resolução foi aprovada por 16 votos a favor. Nessa esteira, passou-se a apreciação da Resolução que altera a Resolução nº 130/2023, que institui o programa de fortalecimento do cadastro único do sistema único da assistência social PROCAD SUAS e dá outras providências. Feita a leitura integral da minuta, foi aberta a palavra para manifestações e considerações a respeito. Encerradas as manifestações, ingressou-se em regime de votação. Inexistindo votos em sentido contrário, nem abstenções, a Resolução foi aprovada por 16 votos a favor. Em seguida, foi iniciada a abordagem da Resolução que dispõe sobre a definição dos parâmetros de priorização para ações de conectividade no âmbito do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação – FUST. Feita a leitura integral da minuta, foi aberta a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Conselheiro Titular Carlos Nambu sugeriu que fosse incorporada na redação alguma forma de monitoramento. Por sua vez, a Conselheira Titular Irene Rodrigues da Silva, acatou a sugestão e informou que seria incorporado na própria resolução e não na memória, de modo a transformar o artigo 6º no 7º e reclassificá-lo. Contudo, o Conselheiro Suplente Paulo Henrique Souza propôs que a alteração viesse como parágrafo único do artigo 5º. Encerradas as manifestações, ingressou-se em regime de votação. Inexistindo votos em sentido contrário, nem abstenções, a Resolução foi aprovada por 16 votos a favor. Na sequência, prosseguiu-se com os relatos da CPP. Foi feita a apresentação da manifestação da SNAS-MDS, sobre a demanda do Conselho Nacional do Ministério Público sobre a interpretação da resolução CNAS nº 31 de 2013 no âmbito da regionalização dos serviços de acolhimento e da implantação dos Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora – SFA. Após, a manifestação foi submetida a discussão. Não havendo inscritos, foi submetida a aprovação. Inexistindo manifestações em sentido contrário, a manifestação foi considerada aprovada. Em seguida, foi colocado à apreciação a manifestação acerca da Consulta FalaBR –Programas de Aprendizagem para Adolescentes, Jovens e Pessoas com Deficiência. Depois,

88 foi aberta a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Plenário discutiu acerca de como
89 o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS deveria proceder com relação aos
90 questionamentos técnicos sobre sócio aprendizagem, encaminhado via FalaBR. O mesmo expediente
91 foi distribuído simultaneamente em 2 instâncias, à CPP e a CN, sendo que a CPP elaborou uma
92 proposta de resposta a ser deliberada pelo pleno, a Comissão de Normas argumentou que o tema
93 deveria ser atribuído diretamente à Diretoria de Proteção Social Básica – DRSP do órgão executor do
94 MDS. Após amplo debate, o Pleno deliberou e aprovou por unanimidade o envio formal da resposta
95 elaborada pela Comissão de Política à Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que havia
96 demandado o posicionamento do CNAS sobre os questionamentos da plataforma FalaBR. Cabe agora
97 à SNAS recepcionar a manifestação e direcioná-la internamente ao órgão competente. Ficou
98 estabelecido que a minuta produzida pela Comissão de Política prevalece, tornando prejudicada a
99 tramitação paralela que havia sido iniciada na Comissão de Normas. Como a matéria já havia sido
100 debatida e alinhada previamente nas instâncias da presidência ampliada e com os conselheiros
101 relatores, o plenário dispensou a leitura integral da minuta de resposta em sessão, aprovando o texto
102 base para cumprimento tempestivo do prazo estipulado. Logo em seguida, avançou-se ao relatório da
103 Presidência Ampliada. Foi trazido ao debate a discussão sobre o formato e metodologia da próxima
104 Conferência Nacional de Assistência Social, com foco na melhoria dos processos e na articulação
105 com os instrumentos de gestão, como o PPA e a LDO. Como deliberação principal, o Conselho
106 aprovou a criação de um Grupo de Estudos – GT encarregado de debater a metodologia e estruturar
107 subsídios organizativos e políticos para a conferência, cujos resultados preliminares deverão ser
108 apresentados no plenário de outubro. Ficou estabelecida a seguinte composição para o grupo de
109 estudos: Representantes Governamentais – Cleres Alvarenga Cavalcante, Jéssica Leite Silva e outro
110 representante a ser indicado; Representantes da Sociedade Civil – Carlos Nambu (representante do
111 segmento de Entidades); Sandra Regina Ferreira Barbosa (representante dos Trabalhadores), ficando
112 a indicação do segmento de usuários pendente de envio em breve. Acerca dos convidados externos,
113 ficou acordado que 2 convidados com expertise prévia em conferências serão definidos e informados
114 à presidência ampliada até a próxima terça-feira. Por fim, o plenário registrou o compromisso de
115 aprimorar os procedimentos internos de tramitação entre as comissões para evitar sobreposições e
116 desgastes futuros. Seguidamente, iniciou-se a abordagem da proposta de organização das reuniões da
117 presidência ampliada. A plenária deliberou e aprovou a nova organização operacional das reuniões
118 da Presidência Ampliada – PA, que passam a ocorrer em dois momentos: no dia anterior às reuniões

das comissões, com flexibilização do período conforme a demanda, sem rigidez de horário, e no próprio dia das comissões, entre 16h e 18h, para apreciação dos encaminhamentos. Adicionalmente, o Conselho aprovou a diretriz de racionalização para o tratamento de correspondências, estabelecendo que as solicitações rotineiras enviadas por conselhos municipais sejam automaticamente encaminhadas aos respectivos conselhos estaduais, preservando a análise direta pelo CNAS apenas para demandas que extrapolem a gestão local ordinária. Prosseguindo, foi analisada como encaminhamento a minuta de resolução sobre o serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência e residência inclusiva, que será debatida e coordenada pela Comissão de Política junto aos órgãos interessados. Em seguida, foram apreciados e aprovados os seguintes convites e missões institucionais: a participação de dois conselheiros, um da sociedade civil e um da gestão, integrantes do CIAMP Rua, na missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos ao Distrito Federal, entre 5 e 7 de outubro, voltada à apuração de violações de direitos humanos da população em situação de rua; a indicação do Conselheiro Suplente Alessandro Chiesi para uma reunião técnica do DPSE sobre a revisão dos cadernos da APAF em 23 de setembro; e o declínio dos convites presenciais para a posse dos novos conselheiros do CEAS/RJ e para o 17º Congresso Nacional da Fenapestalozzi, por coincidirem com o pleno do CNAS, optando-se pelo envio de vídeos com mensagens institucionais de saudação da presidência, sendo organizado um registro conjunto com a Conselheira Maria Conceição da Silva Quaresma para o evento da Fenapestalozzi. Por fim, avançou-se na definição do escopo da próxima Reunião Descentralizada e Ampliada – RDA do CNAS, prevista para os dias 11 e 12 de novembro de 2026, com o tema centrado nas desigualdades territoriais na assistência social e no impacto do fenômeno *El Niño* no Brasil. Explicou-se que a tratativa inicial com o Rio Grande do Sul não avançou devido a incompatibilidades de datas com a agenda da CIT e o calendário dos conselheiros, direcionando-se os esforços atuais para a realização do evento no Pará, com articulação junto ao CEAS e ao COGEMAS, mantendo Brasília como plano B. O formato aprovado para a RDA prevê cerca de 300 participantes, estruturando-se em mesa de abertura e painel no primeiro dia pela manhã, seguidos por quatro oficinas temáticas à tarde e mais quatro oficinas no segundo dia, estruturadas de modo a permitir que cada participante possa frequentar dois temas distintos, com relatoria e encerramento no segundo período da tarde. O debate encerrou-se com ponderações sobre a necessidade de incorporar nas oficinas uma abordagem alinhada à realidade regional do estado anfitrião. Em seguida, o plenário avançou para a pauta do Encontro Nacional dos Usuários do SUAS, programado para os dias 29 e 30 de outubro de 2026, em Brasília. A presidência

optou por manter a data original apesar dos alertas operacionais sobre o impacto logístico do feriado do Dia do Servidor Público, no dia 28 de outubro. Diante de prazos exíguos para a emissão de passagens e diárias, estipulou-se o prazo improrrogável até 23 de setembro para que os conselheiros representantes enviassem os dados completos dos 100 usuários custeados pelo CNAS. Registrou-se ainda a oferta de apoio metodológico da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, por meio de consultoria especializada. Por fim, a plenária aprovou em bloco o calendário de reuniões virtuais extraordinárias das comissões temáticas, as indicações e critérios regimentais para novos membros externos, com encaminhamento de consulta à CONJUR sobre o vínculo jurídico, além da pauta e da programação da próxima Reunião Ordinária do CNAS, agendada para os dias 6 e 7 de outubro de 2026. **ENCERRAMENTO:** Finalizada a pauta, a Vice-Presidente do CNAS, Conselheira Titular Lea Lúcia Cecílio Braga declarou encerrada a 352ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, agradecendo a presença de todos.

Aldenora Gomes González
Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Brasília/DF
Setembro de 2026